



PARECER PRÉVIO Nº 8/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10973/2015.

Apensos: Processo nº 10219/2016 e 11355/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Maués.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Raimundo Carlos Góes Pinheiro (Prefeito Municipal).

6- Advogado: Bruno Vieira da Rocha Barbirato – OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo – OAB/AM 4331, Paulo Victor Vieira da Rocha – OAB/AM 540-A, Leandro Souza Benevides – OAB/AM 491-A, Bruno Giotto Gavinho Frota, OAB/AM 4514, Livia Rocha Brito – OAB/AM 6474, Pedro de Araújo Ribeiro – OAB/AM 6935, Amanda Gouveia Moura – OAB/AM 7222, Igor Arnaud Ferreira – OAB/AM 10.428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva – OAB/AM 6897 e Larissa Oliveira de Souza – OAB/AM 14193.

7- Unidade Técnica: DICOP e DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 676/2018-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.

9- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Maués. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto vista do redator Excelentíssimo Senhor Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das contas da Prefeitura Municipal de Maués, exercício 2014, sob a responsabilidade do Sr. Raimundo Carlos Góes Pinheiro, Prefeito e Ordenador de Despesa.

11- Ata: 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Abril de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio



PARECER PRÉVIO Nº 8/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Redator

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 8/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 8/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 10973/2015.

Apensos: Processo nº 10219/2016 e 11355/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Maués.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Raimundo Carlos Góes Pinheiro (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Bruno Vieira da Rocha Barbirato – OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo – OAB/AM 4331, Paulo Victor Vieira da Rocha – OAB/AM 540-A, Leandro Souza Benevides – OAB/AM 491-A, Bruno Giotto Gavinho Frota, OAB/AM 4514, Livia Rocha Brito – OAB/AM 6474, Pedro de Araújo Ribeiro – OAB/AM 6935, Amanda Gouveia Moura – OAB/AM 7222, Igor Arnaud Ferreira – OAB/AM 10.428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva – OAB/AM 6897 e Larissa Oliveira de Souza – OAB/AM 14193.

7- Unidade Técnica: DICOP e DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 676/2018-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.

9- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Maués. Exercício de 2014.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto-destaque, proferido em sessão, do Excelentíssimo Senhor Conselheiro, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Maués, sob a responsabilidade do Sr. Raimundo Carlos Góes Pinheiro, Prefeito e Ordenador de Despesas, referente ao exercício 2014, nos termos do art. 22, III, da Lei Estadual n. 2.423/96.

10.2. Aplicar Multa ao Sr. Raimundo Carlos Góes Pinheiro no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de



ACÓRDÃO Nº 8/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 8/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Considerar em Alcance o Sr. Raimundo Carlos Góes Pinheiro no valor de **R\$685.681,50** (seiscentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos) que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Maués por descumprimento das improbidades apontadas.

10.4. Determinar à Prefeitura de Maués que siga as recomendações propostas pela DICOP no Relatório Conclusivo nº18/2016, constante nos autos do processo.

Vencida a proposta de voto do Relator pela emissão de Parecer Prévio recomendando a Aprovação com Ressalvas das Contas da Prefeitura de Maués e Regular com Ressalvas a prestação de suas contas anuais.

11- Ata: 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.provação com Ressalvas das contas

12- Data da Sessão: 28 de Abril de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Redator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral